

Política de Privacidade e de Proteção de Dados

Junta de Freguesia de Espinho, doravante denominada “JF”;

Núcleo Data – Consultoria e Programação Informática, Lda., doravante denominada “Núcleo Data”;

Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, doravante denominado “RGPD”;

Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, doravante denominada “Lei nº 58/2019”;

Titular dos dados pessoais, doravante denominado “titular”;

Tribunal de Contas, doravante denominado “TC”;

Direção Geral das Autarquias Locais, doravante denominada “DGAL”;

Instituto Nacional de Segurança Social, doravante denominado “INSS”;

Instituto de Proteção e Assistência na Doença, doravante denominado “ADSE”;

Instituto Nacional de Estatística, doravante denominado “INE”;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, doravante denominada “CCDRN”;

Instituto do Emprego e Formação Profissional, doravante denominado “IEFP”;

Município de Espinho, doravante denominado “CME”.

A JF está sujeita aos mais elevados padrões de privacidade e apenas utilizará os dados pessoais da população, dos colaboradores e fornecedores recolhidos de forma lícita, leal e transparente para finalidades claramente identificadas e de acordo com os seus direitos de proteção de dados.

Neste contexto, a presente política de privacidade estabelece a forma como a JF utiliza os dados pessoais dos titulares, a qual tem subjacente o seu **compromisso** em cumprir a Lei nº 58/2019 que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das regras de privacidade e de proteção de dados pessoais impostas pelo RGPD.

1. Porquê esta política de proteção de dados pessoais?

Esta política, surge da necessidade de dar a conhecer aos titulares, as regras gerais de privacidade e tratamento dos seus dados pessoais, os quais são recolhidos e tratados no estrito respeito e cumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor, nomeadamente a Lei nº 58/2019 e o RGPD.

A JF procura sempre respeitar as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, tendo para o efeito tomado as medidas técnicas e organizativas necessárias por forma a cumprir a Lei nº 58/2019 e o RGPD, e garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas.

Elaborado:



NúcleoData – Consultoria e Prog. Inf. Lda.
(Assinatura)

Aprovado:



Órgão Executivo
(Assinatura)



A JF está empenhada na proteção e confidencialidade dos dados pessoais, tendo adotado as medidas que considera adequadas para assegurar a exatidão, integridade e confidencialidade dos dados pessoais, bem como, todos os demais direitos que assistem aos respetivos titulares.

2. O que abrange esta política de proteção de dados?

Esta Política de Proteção de Dados aplica-se exclusivamente à recolha de dados pessoais relativamente aos quais a JF é responsável pelo respetivo tratamento, no âmbito da relação que é estabelecida com os titulares, seja ela laboral e/ou comercial.

3. O que são dados pessoais?

Informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por:

- Referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização,
- Identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética,

4. Que tipos de dados pessoais são recolhidos?

A JF, no âmbito da sua atividade, poderá ter acesso a dados pessoais necessários a elaboração de contratos de trabalho, relações comerciais, prestação de serviços à população, emissão de documentos à população (atestados, declarações, alvarás, averbamentos, licenças, etc.) emissão de documentos resultantes da relação comercial (guias de receita, ordens de pagamento, etc.). Exemplos de dados que podemos recolher: nome, nº de identificação fiscal, a morada, o número de contacto telefónico, endereço de correio eletrónico, etc.

5. Quando e em que situações são recolhidos os seus dados pessoais.

Alguns dados pessoais são de fornecimento obrigatório e, em caso de falta ou insuficiência desses dados, a JF não poderá proceder a emissão de alguns documentos, prestar determinados serviços, estabelecer relações comerciais, bem como firmar contratos de trabalho.

Se o titular não der o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, a JF informará o mesmo da impossibilidade de seguir com qualquer relação de ordem laboral, comercial e/ ou de prestação de serviços, bem como da emissão de qualquer documento.

6. Segurança.

A JF assume o compromisso de garantir a proteção da segurança dos dados pessoais que lhe são disponibilizados, tendo aprovado e implementado rigorosas regras nesta matéria. O cumprimento destas regras constitui uma obrigação de todos aqueles que legalmente os acedem.

O nosso servidor, onde está armazenada toda a informação, está protegido fisicamente, pois está instalado dentro de uma sala que se encontra fechada à chave, e o acesso a mesma, está protegido por uma porta de vidro, também esta fechada à chave. O servidor encontra-se protegido logicamente, através *passwords* de acesso e de recurso a *software* antivírus e *firewall*. Possuímos um sistema de cópias de segurança, para um NAS (equipamento composto por dois discos em paralelo) com redundância, que se baseia no “espelhamento” das bases de dados que estão sob nossa responsabilidade.

Elaborado:

NúcleoData – Consultoria e Prog. Inf. Lda.
(Assinatura)

Aprovado:

Órgão Executivo
(Assinatura)

O arquivo em papel encontra-se na sala do arquivo. Esta, está localizada no piso intermédio entre o piso -1 e o piso 0 e fica fechada à chave, limitando assim o acesso ao mesmo apenas à pessoas autorizadas ao serviço.

7. No que consiste o tratamento de dados pessoais?

Tendo por base os cinco princípios dispostos no considerando 39, artº 5º do RGPD: princípio da licitude, lealdade e transparência, princípio da limitação das finalidades, princípio da minimização dos dados, princípio da exatidão e o princípio da limitação da conservação, o tratamento de dados pessoais consiste numa operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, através de meios automatizados, ou não, nomeadamente a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, difusão, comparação, interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

8. Legitimidade do tratamento dos dados pessoais.

O tratamento de dados tem como condição de legitimidade o consentimento dos titulares para uma ou mais finalidades específicas.

10. Por quanto tempo conservamos os seus dados pessoais?

Após a recolha dos seus dados pessoais, a JF procederá o seu tratamento até que o titular exerça o seu direito ao apagamento ou pelo tempo estritamente necessário e obrigatório por lei para cada situação específica. Após findos os prazos legais, os dados pessoais em questão serão, naturalmente, apagados. Esta informação não dispensa a consulta do Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais, aprovado pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de Abril, alterada e republicada pela Portaria nº 1253/2009, de 14 de Outubro.

11. Encarregado de proteção de dados.

A JF, enquanto entidade pública, está obrigada a possuir um encarregado de proteção de dados (DPO), pelo que para qualquer assunto relacionado com a proteção de dados, o titular pode entrar em contacto através dos meios indicados para este efeito, caso o titular dos dados pessoais necessite de entrar em contacto com o DPO, poderá fazê-lo através do *e-mail* abaixo indicado:

- secretaria.ife@gmail.com

12. Em que circunstâncias existe comunicação de dados a outras entidades (terceiros e subcontratados).

A JF, no âmbito da sua atividade, poderá ter a necessidade de partilhar informações e documentos com o TC, DGAL, INE, CCDRN, IEF, INSS, ADSE, CME, e Núcleo Data, recorrer a terceiros para a prestação de determinados serviços. Por vezes, a prestação destes serviços implica o acesso, por estas entidades, a dados pessoais cujo tratamento é da nossa responsabilidade. Quando tal sucede, a JF toma as medidas adequadas, de forma a assegurar que as entidades que tenham acesso aos dados, são reputadas e oferecem as mais elevadas garantias a este nível, o que fica devidamente consagrado e acautelado protocolarmente ou contratualmente entre a JF e a(s) terceira(s) entidade(s).

13. Direitos dos titulares dos dados.

Dentre outros direitos, podemos destacar alguns como: o direito à transparência e informação, que decorre da forma direta e explícita com Ihe é apresentada a declaração de consentimento, o pedido de esclarecimento sobre qualquer assunto relativamente aos seus dados pessoais, direito de acesso (retificação, limitação ou apagamento) e ainda o direito a portabilidade dos seus dados de forma estruturada, com a finalidade de transmiti-los a outra entidade.

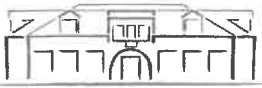
Elaborado:



NúcleoData – Consultoria e Prog. Inf. Lda.
(Assinatura)

Aprovado:


Órgão Executivo
(Assinatura)



O titular tem ainda o direito de ser informado pela JF sobre qualquer violação ou potencial violação dos seus dados pessoais, e de apresentar queixa sobre matéria respeitante a violação de proteção de dados à Autoridade de Controlo do seu país de residência ou de trabalho que, no caso de Portugal, será a Comissão Nacional de Proteção de Dados, cujos contactos encontram-se disponíveis em: www.cnpd.pt. Esta informação não dispensa a consulta do RGPD, capítulo III.

14. Como poderá exercer os seus direitos?

Sem prejuízo do disposto no RGPD, o titular dos dados pessoais poderá fazê-lo, diretamente ou mediante pedido por escrito, dirigido ao DPO, através dos contactos disponibilizados para o efeito neste documento, expositores e *website*.

15. Alterações à política de privacidade.

A JF reserva-se no direito de reajustar ou alterar a presente Política de Privacidade, a qualquer momento, sendo essas alterações publicitadas nos meios da autarquia, nomeadamente o *website*.

Elaborado:

NúcleoData – Consultoria e Prog. Inf. Lda.
(Assinatura)

Aprovado:

Órgão Executivo
(Assinatura)